

Programas de formação de professores da Universidade Estadual do Maranhão: o que os dados revelam?

Resumo

Este artigo aborda a política de formação inicial para professores da educação básica, desenvolvida pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, ao longo de 30 anos, por meio de cinco programas especiais: Programa de Capacitação de Docentes (PROCAD), Programa de Qualificação de Docentes (PQD), Programa Darcy Ribeiro, Programa Ensinar e Programa de Formação Docente para a Diversidade Étnica do Maranhão (PROETNOS), os dois últimos em andamento. O objetivo principal deste estudo é analisar qual foi a contribuição dos programas especiais desenvolvidos pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA para atender à melhoria da qualificação de docentes da rede pública no estado do Maranhão e às exigências previstas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996 e demais documentos relativos à formação inicial de professores em nível superior. Além de pesquisa bibliográfica sobre formação de professores, a abordagem adotada foi qualitativa e quantitativa com análise de documentos institucionais, além do Censo da Educação Básica. Como resultado das análises, constataram-se a relevância e o impacto dos programas especiais quanto à diminuição do número de professores sem formação inicial em nível superior na rede pública de ensino do estado do Maranhão.

Palavras-chave: formação inicial de professores; programas especiais de formação; Universidade Estadual do Maranhão.

Ana Lúcia Cunha Duarte

Universidade Estadual do Maranhão
– UEMA – São Luís/MA – Brasil
anaduarte@professor.uema.br

Fabíola de Jesus Soares Santana

Universidade Estadual do Maranhão
– UEMA – São Luís/MA – Brasil
fabiolasantana@professor.uema.br

Maria José Santos Rabelo

Universidade Estadual do Maranhão
– UEMA – São Luís/MA – Brasil
mariarabelo@professor.uema.br

Para citar este artigo:

DUARTE, Ana Lúcia Cunha; SANTANA, Fabíola de Jesus Soares; RABELO, Maria José Santos. Programas de formação de professores da Universidade Estadual do Maranhão: o que os dados revelam?. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 25, n. 58, p. 86-109, maio/ago. 2024.

DOI: 10.5965/1984723825582024086

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723825582024086>

Teachers' higher education qualification programs at the State University of Maranhão: what do the data reveal?

Abstract

The article discusses the higher education qualification policy for elementary and high education teachers, developed by the State University of Maranhão (UEMA) over the course of 30 years, through five special programs: The Teacher Training Program, the Teacher Qualification Program, the Darcy Ribeiro Program and the ongoing Ensinar Program. The main objective of this study is to analyze what contribution the special programs have made to meeting the requirement laid down in the National Education Guidelines and Bases Law (LDBN) number. 9.394/1996 and in the National Education Plan (Plano Nacional de Educação - PNE) 2014-2024, Law number 13.005/2014, of June 25, 2014, regarding higher education level for public school teachers in the state of Maranhão. In addition to bibliographical research on teacher qualification, the approach adopted was qualitative and quantitative with analysis of institutional documents, as well as the Basic Education Census. As a result of the analysis, the relevance and impact of the special programs in terms of reducing the number of teachers without initial training in higher education in the public school system in the state of Maranhão was verified.

Keywords: teachers' higher education qualification; special programs; State University of Maranhão.

Programas de formação docente en la Universidad Estatal de Maranhão: ¿qué revelan los datos?

Resumen

El artículo analiza la política de formación inicial de profesores de enseñanza básica, desarrollada por la Universidad Estatal de Maranhão (UEMA) a lo largo de 30 años, a través de cuatro programas especiales: El Programa de Formación de Profesores (PROCAD), el Programa de Cualificación de Profesores (PQD), el Programa Darcy Ribeiro y el Programa Ensinar en curso. El objetivo principal de este estudio es analizar cuál ha sido la contribución de los programas especiales al cumplimiento de la exigencia establecida en la Ley de Directrices y Bases de la Educación (LDB) nº 9.394/1996 y en el Plan Nacional de Educación (PNE) 2014-2024, Ley nº 13.005/2014, de 25 de junio de 2014, relativa a la formación inicial de nivel universitario de los profesores del sistema público de enseñanza del estado de Maranhão. Además de la investigación bibliográfica sobre la formación de profesores, el enfoque adoptado fue cualitativo y cuantitativo, analizando documentos institucionales, así como el Censo de Educación Básica. Como resultado del análisis, se verificó la pertinencia y el impacto de los programas especiales en términos de reducción del número de profesores sin formación inicial superior en el sistema público de enseñanza del estado de Maranhão.

Palabras clave: formación inicial del profesorado; programas especiales de formación; Universidade Estadual do Maranhão.

1 Introdução

A política de formação de professores, no Brasil, é impulsionada, na década de 1990, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996 e dela decorre um conjunto de regulamentações expressas em documentos que orientam as instituições de ensino superior na oferta de cursos de licenciatura.

Este artigo aborda a política de formação inicial para professores da educação básica, desenvolvida pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, ao longo de 30 anos, por meio de cinco programas especiais: Programa de Capacitação de Docentes (PROCAD), Programa de Qualificação de Docentes (PQD), Programa Darcy Ribeiro, Programa Ensinar e Programa de Formação Docente para a Diversidade Étnica do Maranhão (PROETNOS), os dois últimos em andamento.

O objetivo principal é analisar qual foi a contribuição dos programas especiais desenvolvidos pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA para atender à melhoria da qualificação de docentes da rede pública no estado do Maranhão e às exigências previstas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996 e demais documentos relativos à formação inicial de professores em nível superior.

A justificativa pelo interesse no tema foi manifestada nos estudos e pesquisas realizados sobre formação de professores na Amazônia, fruto de convênio Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (Procad-Amazônia), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), envolvendo três universidades do Norte do Brasil, Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e Universidade Estadual de Roraima (UERR). Dentre os estados que compõem a Amazônia Legal, encontra-se o Maranhão. Nesse contexto, considerou-se importante apresentar como a UEMA vem contribuindo para o desenvolvimento do estado em níveis educacionais. Dada a amplitude de cursos de licenciatura e da estrutura multicampi da UEMA, fez-se a opção de analisar apenas os programas especiais de formação docente.

Com o propósito de conhecer a contribuição dos programas de formação de professores para Educação Básica desenvolvidos pela UEMA, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica sobre formação de professores. Além disso, adotou-se a

abordagem qualitativa e quantitativa com análise de documentos institucionais que regulamentam a criação e funcionamento desses programas, bem como o Censo da Educação Básica. Os dados levantados foram tratados em forma de tabelas e quadros seguidos de suas análises.

O texto está organizado em três tópicos. O primeiro apresenta o estado do Maranhão nos aspectos territorial, populacional e educacional. Na sequência, situa-se a Universidade Estadual do Maranhão como umas das instituições de ensino superior estadual e conta-se uma breve história de como ela assim se tornou. No tópico seguinte, são apresentados os cinco programas especiais de formação de professores, abordando-se como ocorreu a organização da política de formação de professores da UEMA e as mudanças necessárias, com fundamento na legislação educacional nacional, para que viesse a atender às exigências e dar seguimento ao que já vinha se consolidando no campo da formação de professores. Por fim, são apresentadas as considerações finais com base no resultado das análises sobre como a UEMA tem contribuído para a elevação dos índices de qualificação docente do estado do Maranhão.

2 Estado do Maranhão

No cenário de proposições para a oferta da formação de professores, está o estado do Maranhão, que conta com uma área de 329.651,496 km² e é um dos nove estados que compõem a Região Nordeste do Brasil, constituindo-se de 217 municípios. Segundo dados do Censo de 2022, a sua população é de 6.775.152 pessoas, e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) corresponde a 0,676 (IBGE, 2023). Ao leste, faz limite com o Piauí (Nordeste), a oeste com o Pará, ao sul e sudeste, está o Tocantins (Norte) e, ao norte, encontra-se o Oceano Atlântico. O estado do Maranhão, devido a sua localização geográfica, faz parte da Amazônia Legal¹ que, agrupado à região Norte e ao Estado de Mato Grosso, abrange 772 municípios.

Sobre a questão da formação de professores, destacam-se os anos de 1990 quando a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (SEDUC) realizou uma pesquisa

¹ É a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, instituída com o objetivo de definir a delimitação geográfica da região política e para a promoção do desenvolvimento incluyente e sustentável da área e sua integração à base produtiva regional na economia nacional e internacional (IBGE, 2023).

empírica, divulgada em 1992, após análise diagnóstica do Centro de Documentação e Informação da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (CEDIN) da SEEDUC/MA que, à época, caracterizou o perfil do quadro docente da rede pública de ensino quanto à formação inicial em nível superior dos(as) professores(as) que estavam oficialmente desenvolvendo suas atividades na educação básica. Nessa pesquisa, constatou-se que 92,5% não tinham a habilitação mínima para o exercício docente onde estava exercendo suas atividades (Duarte, 2008, p. 15).

Em 2022, depois de completados 30 anos de existência de programas especiais de formação de professores realizados pela UEMA, ainda há 36,52% de docentes sem a licenciatura ou formação pedagógica, conforme os dados do Censo da Educação Básica (2022), no que se refere ao número de docentes por nível de escolaridade e formação acadêmica. Embora esse percentual tenha diminuído em relação ao ano de 1992, quando havia 92,5% de professores sem a formação inicial, 36,52% ainda é um indicador bastante expressivo se compararmos com a realidade de outros estados da federação. O Maranhão ocupa os últimos lugares quanto aos indicadores educacionais divulgados pelos sistemas oficiais. Essa é uma realidade que exige mais políticas públicas para reverter os baixos indicadores e possibilitar a elevação do IDH que, no ranking divulgado em 2023, é o mais baixo do país. Portanto, são relevantes a consolidação e a ampliação de políticas públicas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica desenvolvidas pelas duas universidades estaduais do Maranhão.

Nesse sentido, a UEMA tem buscado cumprir com seu compromisso social formando professores(as) para as redes de ensino de todo o Estado e, com isso, possibilitar aos municípios maranhenses aumentarem o número de docentes e gestores escolares com licenciatura. Para isso, os programas especiais de formação de professores têm sido mantidos com recursos financeiros do próprio Estado, como uma política pública que visa também diminuir as desigualdades sociais a partir da melhoria da qualidade da educação. A seguir, apresentamos dados do Censo Educacional do Maranhão dos últimos quatro anos, entretanto, dois anos correspondem ao período da pandemia de Covid-19, que afetou sobremaneira a educação em todo o país (Quadro 1).

Quadro 1: Número de docentes da Educação Básica, por escolaridade e formação acadêmica, segundo a região geográfica e a unidade da federação

Número de Docentes da Educação Básica - MARANHÃO										
Ano	Número Docentes	Escolaridade e Formação Acadêmica								
		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior				Especialização	Mestrado	Doutorado
				Total	Graduação		Pós-Graduação			
				Com Licenciatura	Sem Licenciatura					
2019	100.466	264	35.871	64.331	59.538	4.793	29.415	1.212	186	
2020	99.029	260	34.415	64.354	60.156	4.198	30.435	1.373	242	
2021	100.145	235	33.427	66.483	62.663	3.820	32.606	1.549	268	
2022	106.060	313	36.300	69.447	67.317	2.130	38.402	1.993	423	

Fonte: INEP, Censo da Educação Básica, 2022.

3 Um pouco da história da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

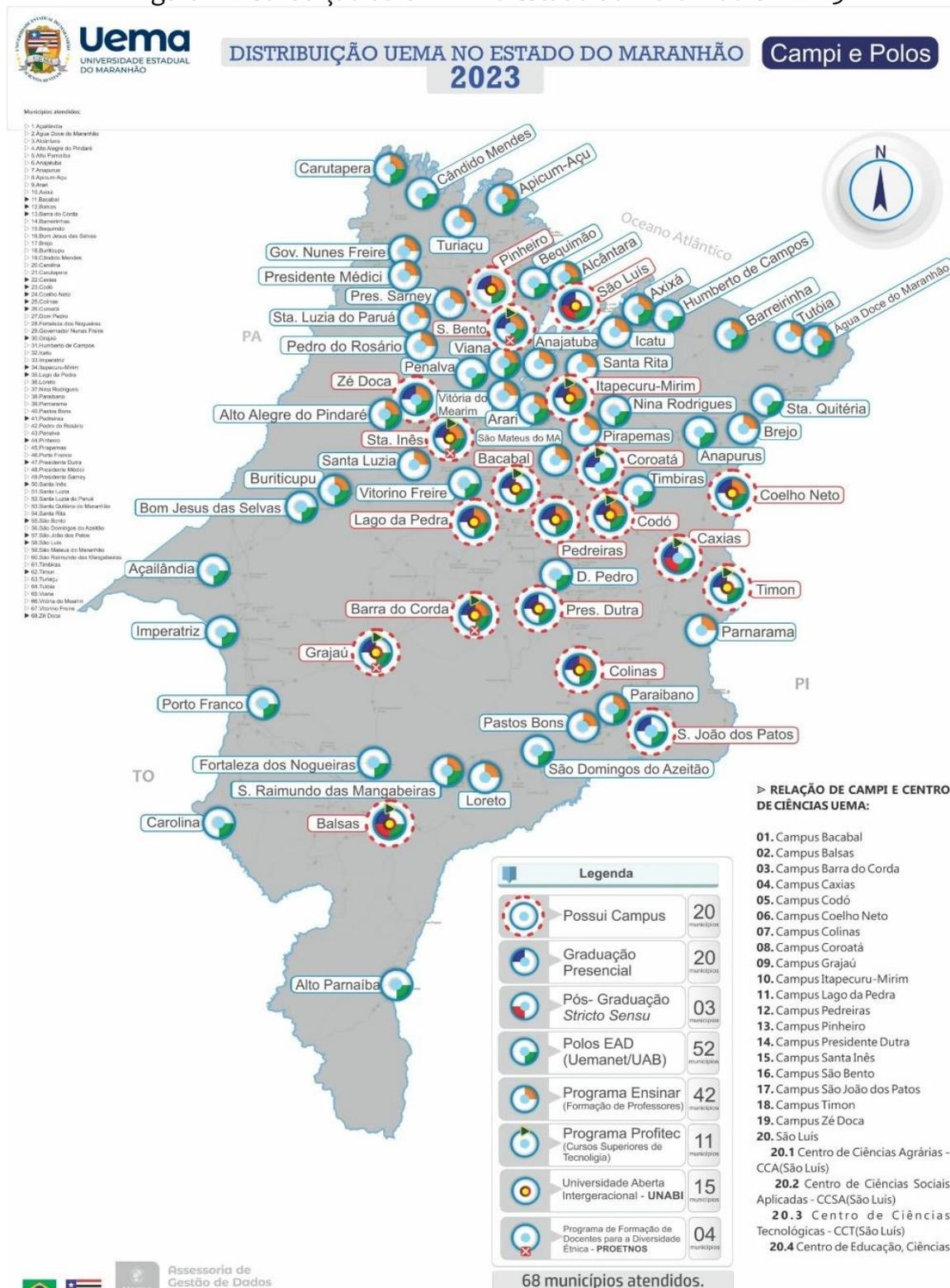
A UEMA é uma Instituição de Educação Superior (IES) de natureza pública, gratuita e de qualidade, que goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Tendo como compromisso a melhoria da qualidade da educação e as contribuições ao desenvolvimento do Estado, atua nas seguintes áreas da educação: Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas e Filosofia; Ciências Sociais Aplicadas; Educação; Engenharias; Linguística, Letras e Artes; e Tecnologia. Sua origem deu-se com a criação da Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM), estabelecida pela Lei nº 3.260, de 22 de agosto de 1972, para coordenar e integrar os estabelecimentos isolados do Sistema Educacional Superior do Maranhão. A FESM foi constituída por quatro unidades de ensino superior: Escola de Administração, Escola de Engenharia, Escola de Agronomia e Faculdade de Caxias. Em 1975, incorporou a Escola de Medicina Veterinária de São Luís e, em 1979, a Faculdade de Educação de Imperatriz.

Em 1981, a Lei nº 4.400, de 30 de dezembro de 1981, transformou a FESM na UEMA, como pessoa jurídica de direito público, autarquia de natureza especial, com autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com os preceitos do Artigo 272 da Constituição Estadual. Seu funcionamento

regular foi autorizado pelo Decreto Federal nº 94.143, de 25 de março de 1987, na modalidade de sistema multicampi, instalados em São Luís, Caxias e Imperatriz.

Em 2020, foi editada nova lei para tratar da organização administrativa da Universidade, Lei nº 11.372, de 10 de dezembro de 2020. Com estrutura multicampi, está instalada em 20 municípios, nas cidades de: Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Caxias, Codó, Coelho Neto, Colinas, Coroatá, Grajaú, Itapecuru-Mirim, Lago da Pedra, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, Santa Inês, São Luís, São João dos Patos, São Bento, Timon e Zé Doca, e mais outros 49 municípios, em polos dos programas especiais, conforme Mapa da distribuição da UEMA no Estado do Maranhão da figura 1.

Figura 1: Distribuição da UEMA no estado do Maranhão em 2023



Fonte: MARANHÃO, UEMA, 2023.

4 Os programas especiais de formação de professores(as) desenvolvidos pela UEMA: experiências, desafios e limites

Desde 1992, a UEMA assumiu a política de formação inicial de professores da educação básica no Maranhão com a criação de cursos de licenciatura ofertados em seus *campi* e também por meio de programas especiais em polos espalhados de Norte a Sul do Estado. Ao longo dos seus 30 anos, a política de formação de professores da UEMA é composta de cinco programas que foram se implementando à política nacional proposta a partir do final da década de 1990. São eles: Programa de Capacitação de Docentes (PROCAD Versão I, II e III- 1993 a 2003), Programa de Qualificação de Docentes (PQD-2004 a 2009), Programa Darcy Ribeiro (2010 a 2016), Programa Ensinar (2017 até os dias de hoje).

Em 2021, a UEMA, compreendendo e considerando a diversidade étnica do estado e seu compromisso social, cria o Programa de Formação Docente para a Diversidade Étnica do Maranhão (PROETNOS) com o objetivo de qualificar professores oriundos das comunidades e povos tradicionais do Maranhão a partir de princípios formativos que respeitem a cultura desses povos. A seguir, apresentam-se, mais detalhadamente, informações sobre cada Programa Especial de formação de professores desenvolvido pela UEMA.

4.1 Programa de Capacitação de Docentes (PROCAD)

Dada a necessidade urgente de formação dos docentes da rede de ensino pública do Estado do Maranhão, a Universidade Estadual do Maranhão, considerando sua responsabilidade social na formação de recursos humanos qualificados, cria, por meio da Resolução nº 100/1992 - CONSUN/UEMA, de 19 de novembro de 1992 (Maranhão, 1992a), os cursos de licenciatura plena nos *campi* de São Luís e Bacabal: Letras, Pedagogia, História e Geografia (São Luís) e Ciências Habilitação em Matemática, Física, Química e Biologia (São Luís e Bacabal). Aprova ainda a criação do Programa de Capacitação de Docentes do Sistema Educacional Oficial do Maranhão - PROCAD/UEMA pela Resolução nº 101/1992-CONSUN/UEMA, “que objetiva oferecer, em sua 1ª etapa, cursos especiais parcelados intensivos de Licenciatura Plena nos ‘campi’ de São Luís, Caxias, Imperatriz e

Bacabal, para qualificar, exclusivamente, professores das redes oficiais de ensino estadual e municipal.” (Maranhão, 1992b), considerando a solicitação da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão.

O PROCAD (versão I) objetivava oferecer os cursos de licenciatura, aprovados pela Resolução nº 100/92-CONSUN/UEMA, nos *campi* de São Luís, Bacabal, Caxias e Imperatriz. Convém ressaltar que, nesse período, o curso de Letras já era ofertado nos *campi* de Caxias, Imperatriz e Bacabal e o de Ciências nos *campi* de Caxias e Imperatriz. Destaca-se que, até 1992, a UEMA, em São Luís, ofertava apenas os seguintes cursos de bacharelado: Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Administração, Medicina Veterinária e Agronomia. E, no ano de 1994, houve a inclusão de novos cursos no PROCAD/UEMA.

Quadro 2: Campi, curso, habilitação, localidade e vagas ofertadas no PROCAD

Vagas ofertadas para cursos de licenciatura, criados pela Resolução nº 100/1992-CONSUN/UEMA				Inclusão de novos cursos e alteração do número de vagas em cursos do PROCAD, conforme Resolução nº 117/1994-CONSUN-UEMA							
Campi	Curso	Habilitação	Vagas	Campi	Localidade	Curso	Habilitação	Vagas			
São Luís	Pedagogia	Magistério	140	São Luís	São Luís	Ciências	Química	70			
	Letras	Português	70				Física	70			
	História	-----	40			Geografia	-----	70			
	Geografia	-----	40			Pedagogia	Magistério	70			
	Ciências	Matemática	70			Letras	Português/ Inglês	70			
			Física					40	História	-----	70
			Química					40	Ciências	Matemática	70
			Biologia					40	Biologia	70	
	-----	Subtotal	480			Subtotal	-----	560			
Bacabal	Ciências	Matemática	30	Caxias	Caxias	Pedagogia	Magistério	40			
		Física	30			História	-----	40			
		Química	30			Geografia	-----	40			
		Biologia	30			Subtotal	-----	120			
	-----	Subtotal	120		Presidente Dutra	Pedagogia	Magistério	60			
	Total	600	Letras			Língua Portuguesa e Literaturas	60				
						Ciências	Matemática	30			
						Subtotal	-----	150			
				Imperatriz	Imperat.	História	-----	40			
			Geografia			-----	40				
			Ciências			Matemática	40				
			Açailândia		Pedagogia	Magistério	60				
					Geografia	-----	30				
			-----	Subtotal	-----	210					
						História		30			

				Bacabal	Bacabal	Pedagogia	Magistério	30
						Letras Língua	Portuguesa e Literaturas	35
				-----	-----	Subtotal	-----	95
				Balsas	Balsas	Letras	Português/ Inglês	70
						Ciências	Matemática	70
				-----	-----	Subtotal	-----	140
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	Total	1.180

Fonte: MARANHÃO, UEMA, (1992 e 1994).

Os principais objetivos do PROCAD/UEMA, conforme expressos no projeto para a criação do programa (Maranhão, 1992c), são:

- a) Estabelecer e implantar uma política de desenvolvimento de recursos humanos voltada para os docentes do Sistema Educacional do Maranhão que considere, de forma sistêmica, as necessidades de treinamento e capacitação de pessoal nas áreas dos conteúdos específicos do Ensino Básico;
- b) Implantar cursos de licenciatura plena nos *campi* da UEMA, em regime de funcionamento regular e parcelado/intensivo;
- c) Graduar os professores da rede pública para ministrarem as disciplinas profissionalizantes do 2º grau (atual ensino médio), por meio da oferta do Curso Emergencial de Licenciatura Plena para Graduação de Professores da Parte Especial do Currículo de Ensino de 2º grau (atual ensino médio) – Esquema I (atual curso de Formação Pedagógica);
- d) Preparar os professores do ensino de 1º grau (atual ensino fundamental) das redes estadual e municipal em conteúdos e metodologias da 1ª a 8ª série (ensino fundamental), com ênfase nas séries iniciais;
- e) Capacitar os docentes da rede oficial de ensino na área de alfabetização, na perspectiva da pré-escola e do atendimento aos jovens e adultos;
- f) Treinar os professores leigos da zona rural da rede municipal, considerando os conteúdos básicos específicos e respectivas metodologias, em função das peculiaridades de cada contexto;
- g) Oferecer cursos e treinamentos aos professores dos cursos de Formação para o Magistério da rede pública, buscando a revitalização da sua prática profissional;

- h) Estabelecer mecanismos de avaliação das ações desenvolvidas, bem como do desempenho dos docentes em treinamento, com vistas a levantar indicadores que propiciem a realimentação do Programa.

Além disso, o PROCAD estabeleceu metas audaciosas a serem alcançadas em um período de cinco anos de realização. As principais metas foram assim definidas (Maranhão, 1992c, p. 5):

- a) Implantação, no *campus* de São Luís, de cinco cursos de licenciatura plena, em regime de funcionamento regular e parcelado/intensivo, nas áreas de Pedagogia, Letras, História, Geografia e Ciências, este último com habilitações em Matemática, Física, Química e Biologia.
- b) Implantação no *campus* de Bacabal de um curso de licenciatura plena, em regime de funcionamento parcelado/intensivo, na área de Ciências, com habilitações em Matemática, Física, Química e Biologia.
- c) Implantação, nos *campi* de Caxias e Imperatriz, de quatro cursos de licenciatura plena, em regime de funcionamento parcelado/intensivo, nas áreas de Letras e Ciências, este último com habilitações em Matemática, Física, Química e Biologia.
- d) Graduação, no período entre 1993 e 1999, de 7.290 professores da rede de ensino oficial da área de abrangência dos *campi* de São Luís, de Bacabal, de Caxias e de Imperatriz, nos cursos de licenciatura plena em Pedagogia, Letras, História, Geografia e Ciências, com habilitações em Matemática, Física, Química e Biologia.
- e) Graduação, no período entre 1993 e 1999, de 840 docentes da rede estadual e municipal, através da oferta do Curso Emergencial de Licenciatura Plena para Graduação de Professores da Parte Especial do Currículo do 2º grau (atual ensino médio).
- f) Capacitação, no período entre 1993 e 1999, de 10.143 professores do ensino de 1º grau (ensino fundamental) da rede oficial, em conteúdos básicos e metodologias específicas de Língua Portuguesa, de Matemática, de Geografia, de História e de Ciências.
- g) Capacitação, no período entre 1993 e 1999, de 1.545 docentes da rede pública de ensino, na área de alfabetização.
- h) Capacitação, no período de 1993 e 1999, de 840 professores leigos da zona rural de rede municipal da área de abrangência dos *Campi* da UEMA, em conteúdos básicos específicos, considerando as peculiaridades de cada contexto.
- i) Aperfeiçoamento, no período entre 1993 e 1999, de 650 professores dos Cursos de Formação para o Magistério do sistema oficial de ensino, em Fundamentos de Educação, Didática e Conteúdos e Metodologias de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Estudos Sociais.

A primeira oferta dos cursos de licenciatura pelo PROCAD/UEMA deu-se em 1993, sendo finalizada em 1999, correspondente à Versão I, e, para atender às exigências legais relativas à formação docente, passou por um processo de implementação, que originou mais duas versões: versão II (1998-2001) e versão III (2000-2003).

No processo de implementação do programa, ocorreu a reformulação da estrutura curricular dos cursos de licenciatura dos *campi* da UEMA, em 1994, referente à Versão I. Ressalta-se que, nos anos de 1990, o Brasil necessitava desenvolver ações que possibilitassem “adotar políticas de universalização do Ensino fundamental [...] esses compromissos assumidos se materializaram por meio de várias ações [...]” (Maués; Camargo, 2012, p. 155). E uma delas foi a promulgação da Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996, que trata da formação de docentes da educação básica em nível superior, estabelecendo um prazo de 10 anos para fazer as adequações necessárias para a sua concretização (Gatti, 2010).

Assim sendo, a UEMA, considerando as disposições da referida lei em relação à formação de professores, aprova a Versão II do PROCAD, com a Resolução nº 73/98 – CEPE/UEMA, como uma política pública educacional do Estado, a partir dessa situação precária quanto à exigência prevista no Art. 62, da LDBEN nº 9.394, de que “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, [...]” (Brasil, 2018, p. 41), fato esse que já se configurava como objetivo do programa em sua criação.

4.2 Programa de Qualificação de Docentes (PQD)

A UEMA, mais uma vez em consonância com a legislação educacional, no final do ano de 2003, realiza uma alteração de nome do PROCAD com a Resolução nº 0415/2003 – CONSUN/UEMA, sendo denominado, a partir de então, Programa de Qualificação de Docentes (PQD). A justificativa dada foi de necessária adequação dos seus objetivos à política educacional de qualificação docente para a educação básica, “considerando: a) o que determina a Lei Federal nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases de Educação, especialmente o Art. 61; b) o estabelecido na Resolução nº CNE/CP/2/2002” (Maranhão, 2003).

O objetivo principal do PQD foi contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica, mediante a qualificação de docentes que atuam nas diversas redes de ensino do Maranhão. O seu período de vigência foi de 2004 a 2008, mas iniciou suas atividades em 2004, ofertando a professores das redes de ensino cursos de licenciatura plena em 94 polos, sendo 88 no Maranhão, um em Roraima, cinco no Pará, de forma modular e presencial nos períodos de férias escolares do ensino regular nos meses de janeiro, fevereiro e julho. O programa organizou-se em consonância com a nova legislação nacional de formação de professores para a educação básica, qual seja o que é designado no parágrafo único do Art. 61, da LDBEN/9.394, referente aos aspectos a serem considerados na formação de professores, como:

- I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;
- II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;
- III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades (Brasil, 2018, p. 41).

Para a oferta dos cursos, houve uma reestruturação do currículo dos cursos, com aprovação de resoluções pelo CONSUN/UEMA, em 2004, a fim de atender à Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, que instituiu a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. As orientações que deveriam ser seguidas foram: a definição da carga horária para os cursos de licenciatura, em nível superior, com graduação plena de 2.800 horas, com integralização mínima de três anos, distribuídas em 200 dias letivos, promovendo a articulação entre teoria e prática desenvolvida nas dimensões dos componentes curriculares: 400 h de prática como componente curricular, 400 h de estágio curricular supervisionado, 1.800 h para os conteúdos curriculares e 200 h para outras atividades acadêmico-científico-culturais (Brasil, 2002), além da Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

Conforme Relatório do PQD/UEMA 2008, houve 13.065 matriculados, distribuídos em 357 turmas. Os cursos de licenciatura oferecidos foram: Ciências habilitação em

Biologia; Ciências habilitação em Física; Ciências habilitação em Química; Ciências habilitação em Matemática; Geografia; História; Letras habilitação em Língua Portuguesa e literaturas de Língua Portuguesa; Letras habilitação em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e literaturas; Letras habilitação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e literaturas e Pedagogia.

4.3 Programa Darcy Ribeiro

Em 12 de dezembro de 2007, a UEMA dá início ao processo de criação de um novo programa, intitulado de Darcy Ribeiro, de formação de docentes para as disciplinas da área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, que foi aprovado no Conselho de Administração (CAD) pela Resolução nº 087/2007 – CAD/UEMA. Na mesma data, aprova, no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), o Projeto do Programa Darcy Ribeiro, Resolução nº 768/2007 – CEPE/UEMA e, no Conselho Universitário (CONSUN), cria o referido programa, Resolução nº 680/2007 – CONSUN/UEMA.

A UEMA, inserindo-se nas diretrizes do governo estadual, apresenta o Programa Darcy Ribeiro a ser desenvolvido para a formação de professores na área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, Letras e História, que integra a expansão da educação superior e visa formar 10.080 professores para a educação básica, objetivando contribuir para a melhoria da qualidade da educação do estado do Maranhão.

O programa foi implantado em 43 polos, sendo 17 nos Centros de Estudos Superiores da UEMA e 29 polos de educação superior instalados, temporariamente, com estrutura básica simplificada, nas diversas regiões desse Estado. Com a instalação desses polos, no período de 2009 a 2015, 214 municípios maranhenses foram inseridos. Os cursos de licenciatura oferecidos pelo Programa Darcy Ribeiro funcionam nos polos e/ou centros da UEMA. A escolha do polo-sede deu-se no município que apresentou maior população, renda *per capita* e maior demanda de professores, tendo, portanto, maiores possibilidades de receber os estudantes com comodidade.

O Programa Darcy Ribeiro priorizou as licenciaturas na área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, além de atender às licenciaturas em Letras e História. Destinava-se aos egressos das escolas do ensino médio e aos professores da

rede pública sem formação docente que estavam em exercício, mas que não possuíam formação adequada, no âmbito da primeira licenciatura, com aulas ministradas de forma presencial. Com a criação dos cursos de licenciatura, seja por programas especiais ou pelo PAES (Processo de Acesso à Educação Superior da UEMA), a UEMA assumiu o papel de interiorização e de expansão da oferta de vagas da educação superior no Estado do Maranhão, bem como as demandas referentes à formação de professores.

A partir do levantamento de dados municipais do Estado do Maranhão relacionados aos indicadores socioeconômicos e às diversas demandas educacionais, observou-se a necessidade de ampliar a formação de profissionais nas áreas de ciências tecnológicas e informática, nas engenharias e gestão, direitos humanos, além da diversificação e fortalecimento das licenciaturas, entre outros. Considerava-se, portanto, a previsão de um novo programa de formação de professores que se iniciaria em 2017, dada a demanda de docentes qualificados, as solicitações dos gestores municipais e alunos, o atendimento às pessoas com deficiência e os critérios avaliativos dos exames do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Exame Nacional de Desempenho do Estudantes (ENADE) para elevar os indicadores da educação no Estado. Nesse contexto, surge a nova versão de um programa permanente de formação de professores para todo o Maranhão: o Programa Ensinar - Formação de Professores da UEMA, quarta versão de programas especiais de formação docente.

4. 4 Programa ENSINAR

Um aspecto importante na análise social do Maranhão levantado no estudo realizado em 2016, pela comissão de elaboração do projeto para a criação da nova versão do programa especial de formação de professores da UEMA (Programa Ensinar), diz respeito às funções docentes, nas quais se observou significativo número de docentes com desvio de função ou sem formação adequada para ministrar disciplinas.

Conforme registrado no projeto de criação do Programa Ensinar (Araújo *et al.*, 2016) pela comissão designada pela Portaria nº 126/2016-GR/UEMA, nos anos de 2007 a

2010, a tabela 1 demonstra que o número de docentes graduados em cursos de bacharelado foi superior ao número de professores com graduação em licenciatura, o que indica que parte desses professores não recebeu a formação necessária para a docência, condizente com a orientação da legislação educacional vigente e com as demandas da profissão.

Tabela 1: Funções docentes por modalidade e etapa de ensino na rede de ensino estadual do Maranhão

Modalidade	Ano	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
Ensino Médio	2007	9.079	9.598	132	1.090	9	10.829
	2008	10.817	11.237	403	1.404	6	13.050
	2009	11.005	11.480	390	1.996	3	13.869
	2010	12.283	12.880	414	1.613	20	14.927

Fonte: INEP, 2013. Nota: C/Lic – Com licenciatura C/Gr – Com graduação C/EM – Com ensino médio
C/NM – Com normal S/EM – Sem ensino médio

A tabela 2 mostra dados das funções docentes por modalidade e etapa de ensino na rede de ensino municipal do Maranhão nos anos de 2007 a 2010. Os dados também indicam a mesma realidade da apresentada na Tabela 1, apontando a necessidade de ampliar a oferta e fortalecer os cursos de licenciatura existentes no Estado.

Tabela 2: Funções docentes por modalidade e etapa de ensino na rede de ensino municipal do Maranhão

Modalidade	Ano	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
Ensino Fundamental	2007	423	452	18	203	1	674
	2008	406	428	47	312	3	790
	2009	410	454	26	291	0	771
	2010	458	493	25	250	-	768

Fonte: INEP, 2013. Nota: C/Lic – Com licenciatura C/Gr – Com graduação C/EM – Com ensino médio
C/NM – Com normal S/EM – Sem ensino médio

Os dados apresentados nessa proposta de implementação indicavam a necessidade real de continuar investimentos públicos do Estado na melhoria da qualidade do ensino da Educação Básica no Maranhão. A UEMA tem um papel fundamental para a

concretização de políticas de formação de professores voltadas para atender essa necessidade. Para isso, mais uma vez, propôs possibilitar à sociedade maranhense um programa de formação docente inicial com o intuito de melhorar os índices educacionais do Estado.

O Programa Ensinar – Formação de Professores da UEMA foi criado em 2016, tendo seu projeto aprovado pela Resolução nº 1.223/2016-CEPE/UEMA. A meta estabelecida para o Programa Ensinar era formar 2.940 professores para atuar na Educação Básica da rede de ensino do Estado do Maranhão nas áreas de Ciências da Natureza e Humanas, sendo 35 alunos por turma nos polos. Houve quatro entradas: 2017 (1.260 vagas), 2018 (1.890 vagas), 2022 (2.030 vagas) e 2023 (1.960 vagas), totalizando 7.140 vagas. Os cursos de licenciatura ofertados foram: Física (7 turmas), Matemática (14 turmas), Química (8 turmas), Ciências Biológicas (9 turmas), História (12 turmas), Geografia (9 turmas), Letras (9 turmas), Pedagogia (10 turmas) e Ciências Sociais (7 turmas).

Essa nova fase da política de formação de professores da UEMA, mais uma vez, teve como referência a legislação educacional nacional, a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (Brasil, 2015). Ressalta-se que houve na UEMA a implantação das normativas apresentadas no documento com a criação e aprovação das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão, por meio da Resolução nº 1.264/2017 – CEPE/UEMA.

4.5 PROETNOS

Vale ressaltar ainda outra importante inserção da UEMA quanto à política de formação docente ao iniciar, em 2016, a primeira licenciatura intercultural específica e diferenciada às realidades socioculturais e linguísticas das etnias presentes no Estado, originada de uma demanda de formação de professores indígenas para atender a educação escolar dos povos indígenas na rede pública de ensino. A Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena (LIEBI) teve seu processo seletivo

simplificado e específico ao público indígena realizado em maio de 2016 e ofertou 90 vagas distribuídas por troncos linguísticos, de acordo com o percentual de professores indígenas que já atuavam nas escolas das aldeias sem a qualificação em nível superior.

Seguindo os critérios acima definidos, a LIEBI ofertou 70 vagas para povos indígenas de Línguas do Tronco Tupi (Tehethara-Guajajara, Urubu Kaapór e Guajá) e 20 vagas para povos de Línguas do Tronco Macro-Jê (Kanela, Krikati e Gavião). A LIEBI teve seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) aprovado em 2017 por meio da Resolução nº 1.261/2017-CEPE/UEMA e tem como metodologia o ratificado no Anexo da Resolução nº 1.471/2021-CEPE/UEMA:

[...] a Pedagogia da Alternância, sendo suas atividades formativas realizadas em dois tempos: o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade. No momento de construção deste Programa, o PPC da LIEBI encontra-se em tramitação para Reconhecimento junto ao Conselho Estadual de Educação. O Curso de LIEBI apresenta em seu desenho curricular dois momentos formativos articulados: a Formação Geral (realizada em três etapas); e a Formação Específica em uma das três áreas do Conhecimento - Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Ciências da Linguagem (realizada em sete etapas). A integralização do Curso ocorre após a conclusão das dez etapas previstas no Projeto Pedagógico (Maranhão, 2021).

Em 2021, a UEMA cria o Programa de Formação Docente para a Diversidade Étnica do Maranhão – PROETNOS, por meio da Resolução nº 1.471/2021 - CEPE/UEMA, para formar e qualificar professores oriundos das comunidades e povos tradicionais do Maranhão para assumirem o processo de escolarização em suas comunidades em todos os níveis da educação básica a partir de princípios formativos que respeitassem a cultura desses povos. O PROETNOS é composto por quatro cursos, sendo eles a Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena em Ciências da Linguagem, a Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena em Ciências da Natureza, a Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena em Ciências Humanas e a Licenciatura em Educação Quilombola, que decorrem do compromisso social da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) com as comunidades indígenas e quilombolas.

Os quatro cursos disponíveis funcionam em módulos, independente do semestre civil, em regime intensivo, com aulas às sextas-feiras e sábados, e com atividades dirigidas a serem desenvolvidas nas comunidades, possuindo duração de oito semestres e carga

horária total de 3.255 horas. De acordo com as informações no sítio institucional do programa os quatro cursos são organizados da seguinte forma (PROETNOS, 2023):

Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena em Ciências da Linguagem

Ofertado no Polo de Grajaú, os(as) indígenas graduados em “Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena em Ciências da Linguagem” ficam qualificados a lecionar Língua Indígena, Língua Portuguesa, Artes e Línguas Oficiais Estrangeiras. Habilitado(a) para atuar em todos os níveis da Educação Básica, atendendo à demanda das comunidades indígenas nas escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio. Capacitado(a) em fundamentar e subsidiar a construção de currículos, metodologias, processos de avaliação e de gestão. Aprimorado(a) em: desenvolver estratégias que visem à construção dos projetos políticos e pedagógicos, a elaborar materiais didáticos e pedagógicos bilíngues e monolíngues, conforme circunstâncias específicas de cada povo e comunidade indígena. Além de apto(a) a promover a articulação entre os diferentes níveis, etapas, modalidades e formas da Educação Escolar Indígena, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa, de modo orgânico, em conformidade com os princípios da educação escolar específica, diferenciada, intercultural e bilíngue.

Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena em Ciências da Natureza

Ofertado no Polo de Santa Inês, os(as) indígenas graduados em “Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena em Ciências da Natureza” ficam qualificados a lecionar Matemática, Física, Química e Biologia. Habilitado(a) para atuar em todos os níveis da Educação Básica, atendendo à demanda das comunidades indígenas nas escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio. Capacitado(a) em fundamentar e subsidiar a construção de currículos, metodologias, processos de avaliação e de gestão. Aprimorado(a) em: desenvolver estratégias que visem à construção dos projetos políticos e pedagógicos, a elaborar materiais didáticos e pedagógicos bilíngues e monolíngues, conforme circunstâncias específicas de cada povo e comunidade indígena. Além de apto(a) a promover a articulação entre os diferentes níveis, etapas, modalidades e formas da Educação Escolar Indígena, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa, de modo orgânico, em conformidade com os princípios da educação escolar específica, diferenciada, intercultural e bilíngue.

Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena em Ciências Humanas

Ofertado no Polo de Barra do Corda, os(as) indígenas graduados em “Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena em Ciências Humanas” ficam qualificados a lecionar História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Habilitado(a) para atuar em todos os níveis da Educação Básica, atendendo à demanda das comunidades indígenas nas escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio. Capacitado(a) em fundamentar e subsidiar a construção de currículos, metodologias, processos de avaliação e de

gestão. Aprimorado(a) em: desenvolver estratégias que visem à construção dos projetos políticos e pedagógicos, a elaborar materiais didáticos e pedagógicos bilíngues e monolíngues, conforme circunstâncias específicas de cada povo e comunidade indígena. Além de apto(a) a promover a articulação entre os diferentes níveis, etapas, modalidades e formas da Educação Escolar Indígena, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa, de modo orgânico, em conformidade com os princípios da educação escolar específica, diferenciada, intercultural e bilíngue.

Licenciatura em Educação Quilombola

Ofertado no Polo de São Bento, o(a) quilombola graduado em “Licenciatura em Educação Quilombola” é apto para assumir o processo de escolarização nos quilombos, contribuindo para o fortalecimento identitário. O licenciado possui a capacidade de elaborar e analisar materiais didáticos que atendam às especificidades político-educacionais das comunidades quilombolas. Propor e aprofundar os conhecimentos sobre a História, a constituição dos movimentos políticos, da luta por direitos territoriais, socioculturais e ambientais das comunidades quilombolas. Fazer o incentivo à produção de material didático-pedagógico que valorize os conhecimentos tradicionais das comunidades quilombolas, a cultura, a oralidade, a memória e a ancestralidade. Estimular a construção dos projetos pedagógicos a serem aplicados nas escolas com foco nas realidades vivenciadas pelas comunidades. Propor processos de ensino-aprendizagem que integrem atividades desenvolvidas entre a universidade, as escolas e as comunidades quilombolas. E compartilhar conhecimento para habilitar outros professores para a prática de planejamento e de gestão escolar.

Em 11 de outubro de 2022, ocorreu a Cerimônia de Colação de Grau da primeira turma do Curso de Licenciatura Intercultural para Educação Básica Indígena. Nesse ano, foram 60 concluintes, distribuídos nos cursos de Licenciatura Intercultural para Educação Básica Indígena – Ciências Humanas, Licenciatura Intercultural para Educação Básica Indígena – Ciências da Linguagem e Licenciatura Intercultural para Educação Básica Indígena – Ciências da Natureza.

O número de vagas ofertado nos programas especiais de formação de professores da UEMA e as suas versões vêm revelando a sua contribuição e o papel de destaque na perspectiva de elevar os indicadores educacionais do Estado do Maranhão a partir da sua política de formação inicial de professores para a educação básica.

5 Considerações finais

A UEMA, ao longo de 30 anos de existência de cursos de licenciatura e programas especiais de formação de professores, considerando sua inserção em grande parte dos 217 municípios do estado Maranhão, empreendeu importante papel para a diminuição do número de professores sem formação inicial em nível superior na rede pública de ensino do estado do Maranhão com a expansão da oferta de vagas de cursos de licenciatura, assumindo protagonismo no estado com a oferta de cinco programas especiais que formaram milhares de professores em todo o estado.

Comparando-se o percentual de 92,5%, em 1992, registrado pelo Centro de Documentação e Informação da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (CEDIN) da SEEDUC/MA, à época da criação do primeiro programa especial de formação de professores da UEMA, com os 36,52% do Censo da Educação Básica, em 2022, pode-se afirmar que a UEMA tem participação expressiva em grande parte do percentual de 55,98%, relativo à diminuição do número de professores sem formação inicial em nível superior na rede pública de ensino do estado do Maranhão.

Acredita-se que ainda há muito que fazer para a melhoria dos indicadores educacionais do estado Maranhão, principalmente quanto a garantir a formação inicial em nível superior para os professores que ainda atuam na rede de ensino sem a formação adequada. Justifica-se a importância de investimentos quanto à continuidade de políticas públicas no estado, como o Programa Ensinar – Formação de Professores da UEMA, considerando a existência do já citado percentual de 36,52% de professores que atuam na rede pública do estado. Ressalta-se que a Meta 15 do PNE, referente à Formação de professores, que previa a garantia, até 2024, de que todos os professores da Educação Básica possuíssem Educação Superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que lecionam, definitivamente, não será cumprida.

Um outro passo desta pesquisa é identificar onde estão e qual é o total de egressos dos cursos de licenciatura e dos programas especiais da UEMA no sistema de ensino estadual e municipal do Maranhão.

Referências

- ARAÚJO, Andrea et al. **Projeto do programa ensinar**. São Luís, MA: UEMA, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1918. (Última alteração 2022).
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CEB nº 2, de 19 de fevereiro de 2002**. Brasília, DF: MEC/CNE, 2002.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CEB nº 2, de 1º de julho de 2015**. Brasília, DF: MEC/CNE, 2015.
- CURSOS. **PROETNOS**. 2023. Disponível em: <https://proetnos.uema.br/cursos/>. Acesso em: 17 out. 2023.
- DUARTE, Ana Lúcia Cunha. **Formação do pedagogo: entre velhos desafios e novos compromissos**. 2008. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2008.
- GATTI, Bernadete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 out. 2023.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**. Brasília, DF: MEC: INEP, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar>. Acesso em: 23 set. 2023.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**. Brasília, DF: MEC: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar>. Acesso em: 23 set. 2023.
- MARANHÃO. Universidade Estadual do Maranhão. **Resolução CONSUN/UEMA nº 100, de 19 de novembro de 1992**. São Luís: UEMA/CONSUN, 1992a.
- MARANHÃO. Universidade Estadual do Maranhão. **Resolução CONSUN/UEMA nº 101, de 19 de novembro de 1992**. São Luís: UEMA/CONSUN, 1992b.
- MARANHÃO. Universidade Estadual do Maranhão. **Programa de Capacitação de Docentes do Sistema (oficial) Educacional do Estado do Maranhão - PROCAD**. São Luís: Governo do Estado, Secretaria de Estado da Educação, Universidade Estadual do Maranhão, 1992c.

MARANHÃO. Universidade Estadual do Maranhão. **Resolução CONSUN/UEMA nº 117, de 29 de novembro de 1994**. São Luís: UEMA/CONSUN, 1994.

MARANHÃO. Universidade Estadual do Maranhão. **Resolução CONSUN/UEMA nº 0415, de 13 de agosto de 1998**. São Luís: UEMA/CONSUN, 1998.

MARANHÃO. Universidade Estadual do Maranhão. **Resolução CONSUN/UEMA nº 73, de 23 de setembro de 2003**. São Luís: UEMA/CONSUN, 2003.

MARANHÃO. Universidade Estadual do Maranhão. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2016 - 2020**. São Luís: UEMA, 2016.

MARANHÃO. Universidade Estadual do Maranhão. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2023-2026**. São Luís: UEMA, 2023.

MARANHÃO. Universidade Estadual do Maranhão. **Resolução CEPE/UEMA nº 1.471, de 6 de outubro de 2021**. São Luís: UEMA/CEPE, 2021.

MAUÉS, Olgaíses Cabral; CAMARGO, Arlete Maria Monte de. Marcos regulatórios nas políticas de formação e valorização docente pós-LDB. **Educação em Questão**, Natal, v. 42, n. 28, p. 149-174, jan./abr. 2012.

Recebido em: 18/10/2023
Aprovado em: 24/03/2024

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Revista Linhas
Volume 25 - Número 58 - Ano 2024
revistalinhas@gmail.com